

CLIPPING - NOTÍCIAS DO LRCAP 2026

LEILÃO DE RESERVA DE CAPACIDADE NA FORMA DE POTÊNCIA 2026

- **Controvérsias acerca do LRCAP 2026**

Pedido de suspensão e críticas acerca do preço-teto, tarifas e mercado secundário do certame de R\$515 bilhões

O LRCAP 2026, o qual contratou 19 GW de potência ao sistema elétrico brasileiro vem enfrenando uma série de questionamentos acerca do desenho de seu certame. Diante das incertezas jurídicas, a ANEEL optou por suspender a homologação do resultado do leilão. As controvérsias colocaram o leilão no centro do debate do setor elétrico e incluem o pedido de suspensão apresentado ao TCU, a falta de transparência sobre preços, a investigação acerca dos “geradores de papel”, a ausência do uso de baterias no planejamento do setor elétrico e o avanço de um mercado secundário de projetos poucos dias após o leilão.

O deputado Danilo Forte (União-CE) apresentou um Projeto de Decreto Legislativo no Congresso a fim de alertar para os efeitos do certame. Um dos principais pontos levantados foi a elevação do preço-teto do leilão em até 100% apenas 72 horas antes da disputa e o aumento dos custos aos consumidores totalizado em 515 bilhões, o que gera um aumento de cerca de 10% nas tarifas de energia elétrica. Ainda, foi questionada a competitividade do leilão evidenciada pelo baixo deságio e concentração dos contratos em apenas três grupos econômicos.

Fonte: [Link](#)

- **Suspensão parcial de leilão de energia é recomendada por técnicos do TCU**

Leilão contrata 515 bilhões e área técnica da Corte de Contas indica lucro extraordinário

No dia 19 de maio de 2026, a área técnica do Tribunal de Contas da União recomendou a suspensão parcial da homologação dos resultados do LRCAP, o qual contratou 515 bilhões em reserva de energia. O documento apresentado aponta lucro acima do comum na contratação de usinas termelétricas e sugere o congelamento da adjudicação de parte dos resultados do certame. Ainda, o processo foi aberto pela Auditoria Especializada em Energia Elétrica e Nuclear do Tribunal e

investiga o aumento significativo nos preços sem as devidas justificativas técnicas.

Os técnicos do TCU, por sua vez, reconhecem o “risco de contratação desvantajosa e de longa duração, com repercussões expressivas para os consumidores e para a racionalidade econômica da expansão de potência no sistema elétrico nacional”. A auditoria também afirma que há indícios de que os concorrentes não basearam os lances no custo necessário para as operações das usinas e, sim, nos preços máximos da disputa, resultando no baixo deságio e na ausência de competitividade. Dessa forma, o ministro Jorge Oliveira estipulou 5 dias para a ANEEL se pronunciar acerca das irregularidades, determinando que o posicionamento ocorra antes do Tribunal, pois a homologação do leilão aguarda a análise da reguladora.

Fonte: [Link](#)

- **Segurança elétrica não pode ser cheque em branco**

A narrativa de que questionamentos ao certame colocariam o país em risco imediato de apagão precisa ser enfrentada com firmeza

O advogado, ambientalista e economista Jean Paul Prates afirma em seu artigo que o problema do LRCAP 2026 é o fato de seu desenho caro, concentrado e tecnologicamente restrito estar sendo utilizado como solução única para a necessidade de reserva de capacidade de energia. Há necessidade real de reforço no sistema, porém não é motivo justificável para contratações bilionárias, de longa duração e com forte predominância termelétrica sem o adequado exame. A análise correta deve se basear na proporcionalidade do pacote contratado e na sua transparência, competitividade, tecnologia e compatibilidade com a modicidade tarifária.

Assim, Segurança elétrica exige reserva de capacidade, mas também exige competição real, neutralidade tecnológica, transparência, menor custo sistêmico e respeito ao consumidor. É fundamental para um leilão de reserva de capacidade a contratação de uma fonte com atributos de potência, resposta rápida, rampa, flexibilidade, armazenamento, transmissão adequada e resposta da demanda e, não, uma térmica de partida lenta. Dessa forma, o uso de baterias, as quais possuem flexibilidade horária e resposta quase imediata, reduz o curtailment, melhora o aproveitamento dos ativos instalados e diminui a necessidade de acionar térmicas caras.

Fonte: [Link](#)

- **Leilão de capacidade deve avaliar soluções por desempenho**

Presidente do Instituto Nacional de Energia Limpa avalia atributos que devem ser levados em conta na contratação para reserva de capacidade

O debate sobre o LRCAP no setor elétrico brasileiro tem avançado para uma abordagem centrada no desempenho das soluções ofertadas, em vez da adoção de restrições tecnológicas prévias. O foco regulatório deve destacar requisitos técnicos claros, mensuração de resultados e mecanismos contratuais capazes de garantir segurança e confiabilidade ao sistema elétrico. Assim, não se trata de opor fontes, mas de realizar o desenho correto do leilão e identificar qual serviço o sistema precisa e permitir que as soluções aptas concorram, desde que atendam aos requisitos técnicos, regulatórios e operacionais estabelecidos.

A discussão ocorre em um contexto de crescente complexidade do Sistema Interligado Nacional (SIN), marcado pela expansão das fontes renováveis, desafios de transmissão e necessidade de maior flexibilidade operacional. O armazenamento de energia surge como uma das alternativas capazes de equilibrar excedentes energéticos e atender picos de demandas, reforçando a avaliação de que futuras contratações devem considerar o custo sistêmico completo, incluindo eficiência operacional, riscos e capacidade de adaptação do sistema.

Fonte: [Link](#)

- **LRCAP enfrenta impasse judicial**

ANEEL adia a homologação por “incerteza jurídica”

Após o ingresso da ABRAENERGIAS com uma ação civil pública contra a ANEEL, a União, o ONS e a EPE, a ANEEL adiou a homologação do resultado do LRCAP de 2026. A ação pede a suspensão dos efeitos do leilão, incluindo os atos de homologação, adjudicação e assinatura dos contratos e, no mérito, a associação solicita a anulação do certame alegando supostos problemas na modelagem do leilão, principalmente relacionados à definição de parâmetros econômicos e concorrenciais. O MPF se manifestou favoravelmente à suspensão imediata dos atos de homologação adjudicação e assinatura dos contratos até a conclusão da análise judicial do processo. Nesse sentido, a ANEEL entende a possibilidade de nova decisão judicial, verificando a incerteza jurídica quanto a matéria e evidenciando a necessidade de cautela em relação à continuidade dos procedimentos regulatórios.

Fonte: [Link](#)

- **Falhas no LRCAP são reconhecidas por ministro do TCU**

Ministro Jorge Oliveira dá 5 dias para ANEEL se pronunciar

O TCU, por meio do ministro Jorge Oliveira, identificou possíveis falhas no processo do LRCAP 2026 e concedeu prazo de cinco dias para que a ANEEL apresente esclarecimentos antes de eventual decisão cautelar. A análise foi motivada por apontamentos da área técnica do tribunal, que recomendou a suspensão parcial da adjudicação e homologação dos contratos relacionados às termelétricas a gás natural e carvão vencedoras do certame, abrangendo produtos com entrega entre 2026 e 2031.

Entre os principais questionamentos levantados estão possíveis vícios regulatórios e riscos associados ao resultado do certame, ampliando a judicialização e a insegurança em torno do processo. Assim, o ministro optou, inicialmente, por ouvir a ANEEL antes de adotar medidas mais severas. A decisão reforça a crescente pressão institucional sobre o LRCAP e adiciona incertezas ao desenho do certame de contratação de capacidade energética brasileira.

Fonte: [Link](#)

- **Críticas acerca do LRCAP 2026**

Agentes do setor energético criticam capacidade, local, preço-teto, transparência e tecnologias do leilão de energia

O Leilão de Reserva de Capacidade tornou-se centro de uma disputa bilionária no setor elétrico brasileiro, envolvendo empresas geradoras, agentes do setor de energia e o governo federal. A discussão gira em torno das regras para contratação de novas usinas a fim de garantir segurança energética ao sistema. O modelo em debate movimentou investimentos de grande porte e tem gerado divergências sobre critérios regulatórios, tecnologias elegíveis e impactos econômicos de longo prazo que serão suportados pela população brasileira.

O tema aumenta a pressão sobre o governo Lula por envolver um equilíbrio entre expansão da segurança energética e o aumento dos custos ao consumidor. Além disso, tem sido alertado por profissionais da área que decisões adotadas no desenho do leilão podem elevar encargos setoriais e

resultar em aumento futuro das tarifas de energia.

Fonte: [Link](#)

- **LRCAP 2026 é investigado pela PF e há possibilidade de suspensão**

Relatório sobre o leilão aponta indícios de cartel e impacto de bilhões na tarifa

O relatório apresentado na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados recomendou a suspensão imediata LRCAP 2026, além da não homologação do certame e da abertura de investigação pela Polícia Federal sobre possíveis irregularidades no processo. O documento, elaborado pelo deputado Danilo Forte (PP-CE), aponta indícios de corrupção passiva, prevaricação, formação de cartel e falta de transparência na condução do leilão, destacando o sigilo de 72 documentos técnicos e revisões de preços-teto realizadas em curto intervalo de tempo. Segundo o relatório, o modelo proposto poderia gerar impacto superior a R\$ 500 bilhões nas tarifas de energia elétrica ao longo da execução dos contratos, além de favorecer grupos específicos do setor termelétrico com taxas de retorno consideradas excessivamente elevadas.

O debate em torno do LRCAP 2026 também envolve críticas à priorização de usinas térmicas movidas a combustíveis fósseis, como carvão mineral, em detrimento de soluções consideradas mais limpas e flexíveis para garantir segurança energética. Especialistas ouvidos pela comissão defenderam alternativas como sistemas de armazenamento em baterias (BESS), redes inteligentes e mecanismos de gestão da demanda, argumentando que o Brasil já possui capacidade energética suficiente para evitar riscos de desabastecimento no curto prazo. O relatório recomenda ainda a atuação do TCU, do CADE e da Controladoria-Geral da União (CGU) para apurar possíveis irregularidades concorrenciais, regulatórias e administrativas.

Fonte: [Link](#)

- **MME, ANEEL e EPE têm 48 horas para explicar mudança repentina dos preços-teto do LRCAP**

MPF aponta possíveis irregularidades, risco concorrencial e impacto bilionário nas tarifas de energia

A Justiça Federal concedeu prazo de 48 horas para que o MME, a ANEEL e a EPE apresentem explicações técnicas sobre alterações realizadas nos preços-teto do Leilão de Reserva de Capacidade

de 2026. A decisão proferida se deu após manifestação favorável do MPF à suspensão da homologação e da assinatura dos contratos do certame. A ação foi movida pela ABRAENERGIAS, que questiona a transparência e a modelagem econômica do leilão. O MPF apontou vícios graves no processo, destacando possíveis impactos tarifários entre R\$ 510 bilhões ao longo dos contratos firmados por até 15 anos.

Entre os principais pontos questionados estão a elevação dos preços-teto em até 100% no intervalo de apenas 72 horas antes do leilão, sem a publicação de estudos técnicos que justificassem, além da suposta superestimação da necessidade de potência do sistema elétrico. O parecer também critica a priorização de usinas termelétricas fósseis em detrimento de alternativas como sistemas de armazenamento em baterias (BESS), consideradas mais flexíveis e eficientes. Segundo o MPF e análises do TCU, o desenho concorrencial do certame pode ter causado a ausência de competitividade e elevado expressivamente os custos para os consumidores. Enquanto o governo defende a continuidade do LRCAP sob o argumento de garantir segurança energética, o caso intensifica o debate sobre transparência e impactos econômicos da expansão térmica no setor elétrico brasileiro.

Fonte: [Link](#)

- **Fiesp entra na Justiça e pede suspensão de contratos do LRCAP**

Federação alerta para reflexos tarifários futuros

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) ajuizou ação judicial requerendo a suspensão dos contratos do LRCAP, argumentando que alterações promovidas durante a estruturação do certame comprometeram a competitividade e transparência do processo. Entre os pontos questionados estão mudanças nos preços-teto definidos para o leilão e possíveis impactos econômicos decorrentes da contratação de usinas termelétricas, os quais poderiam gerar custos elevados ao sistema elétrico e aos consumidores. A federação sustenta que as decisões adotadas ao longo do processo podem ter afetado as condições originalmente previstas para a disputa.

Na ação, a Fiesp também demonstra elevada preocupação com potenciais reflexos tarifários futuros e solicita maior análise dos critérios utilizados para definição das regras do certame. A iniciativa se torna mais uma entre outros movimentos de contestação envolvendo o LRCAP e amplia a pressão sobre órgãos reguladores do setor elétrico, o que gera um cenário de crescente debate sobre

segurança energética no país.

Fonte: [Link](#)

- **Indústria se posiciona contra a homologação do leilão**

Movimento União pela Energia estima impacto do LRCAP 2026

O movimento União pela Energia, que reúne cerca de 70 associações e federações da indústria nacional, pediu que a ANEEL não homologue os resultados do LRCAP 2026, realizado em 18 de março de 2026. Segundo o movimento, o leilão pode gerar R\$ 515 bilhões em custos adicionais para a indústria brasileira, provocando expressivo aumento nas tarifas de energia elétrica. O grupo sustenta que as contratações aprovadas não possuem estudos técnicos suficientes e critica os baixos deságios nas negociações e o aumento de quase 100% no preço-teto em apenas 72 horas, sem divulgação de fundamento técnico que justificasse a mudança.

A entidade também questiona os critérios que definiram os preços de R\$ 2,25 milhões por MW/ano para termelétricas existentes e R\$ 2,9 milhões por MW/ano para novos empreendimentos, além de perguntar se alternativas mais baratas, como baterias, foram levadas em consideração. O TCU abriu investigação de possíveis irregularidades no certame, especialmente a participação de chamadas “geradoras de papel”, empresas que vencem leilões e não conseguem executar os projetos. Diante das incertezas jurídicas, a ANEEL adiou a homologação e retirou o tema da pauta da reunião da diretoria colegiada.

Fonte: [Link](#)

- **LRCAP é alvo de questionamentos de agentes do setor elétrico**

Homologação do LRCAP adiada pela ANEEL

Diantes das disputas judiciais e de questionamentos de agentes do setor elétrico, a ANEEL adiou a homologação do LRCAP 2026 e retirou-o da pauta prevista para o dia 19 de maio. O leilão realizado no mês de março, contratou termelétricas por 15 anos e previa a etapa da assinatura para os dias 21 e 22 de maio. A suspensão ocorre em meio a investigações do TCU, manifestações do MPF e ações judiciais que apontam irregularidades no desenho do certame.

Os agentes do setor elétrico apontam para expressivos impactos decorrentes da efetivação do

certame. Ainda, os custos adicionais estão entre R\$ 515 bilhões e R\$ 800 bilhões, elevando as tarifas de energia em até 10% para consumidores residenciais e 20% para consumidores industriais. Além disso, as críticas abordam o acelerado aumento do preço-teto do certame, dúvidas sobre a necessidade da potência contratada e questionamentos quanto à escolha de usinas termelétricas ao invés de mecanismos de respostas rápidas, como as baterias.

Fonte: [Link](#)

- **MPF pede novamente a suspensão da homologação do LRCAP 2026**

Foi solicitado que seja interrompida a formalização do certame até que sejam sanadas as incertezas técnicas

O MPF realizou nova recomendação de suspensão do LRCAP 2026, a anterior foi destinada à Justiça Federal, desta vez, a recomendação foi feita ao Ministério de Minas e Energia. Para a ANEEL, recomendou-se a interrupção dos atos de implementação e execução dos resultados dos leilões até que sejam finalizadas as insepeções técnicas do TCU acerca dos impactos tarifários decorrentes do leilão.

Fonte: [Link](#)

- **MPF amplia pressão sobre o LRCAP e faz novo pedido de suspensão da homologação do certame**

Órgão aponta incertezas técnicas e pede que paralise a validação do leilão

O MPF apresentou novo pedido para suspender a homologação e a adjudicação dos resultados do LRCAP 2026 e, ainda, recomendou ao MME a interrupção imediata do processo até que os questionamentos técnicos sejam totalmente resolvidos. A nova manifestação ocorre às vésperas da assinatura dos contratos dos empreendimentos vencedores e reforça a solicitação anterior feita à Justiça Federal. O leilão é responsável pela contratação de 19,48 GW de potência, volume equivalente à capacidade instalada de Itaipu.

Entre os pontos controversos estão o aumento de até 100% nos preços-teto em menos de 48 horas, alterações relevantes nos estudos que fundamentaram a contratação e o uso de informações fornecidas por agentes privados interessados no certame. O MPF também pediu à ANEEL nova

análise de impacto regulatório, à EPE a revisão das projeções de demanda e ao ONS parecer técnico sobre a real necessidade da contratação e alternativas disponíveis, como sistemas de armazenamento e resposta da demanda. O órgão estima que os contratos possam gerar impacto de R\$ 516 bilhões ao longo dos anos de contratação e potencial aumento de até 10% nas tarifas residenciais de energia elétrica.

Fonte: [Link](#)

- **LRCAP enfrenta pressão política e jurídica**

Questionamentos ameaçam a homologação do certame

O LRCAP 2026 passou a enfrentar crescente pressão jurídica após a contratação de aproximadamente 19 GW de potência, distribuídos em 100 contratos em 20 estados, com impacto financeiro estimado em R\$ 515,7 bilhões ao longo dos contratos. O certame, inicialmente concebido com a finalidade de reforçar a segurança do sistema elétrico nacional, passou a ser questionado por agentes do setor diante da verificação de possível sobrecontratação de energia, definição inadequada dos preços-teto e potenciais efeitos sobre a modicidade tarifária, além de que não houve explicações do MME sobre o modo de execução dos cálculos. Ainda sobre o preço teto, e se tratando de um leilão e, se o preço estiver errado, pode resultar em contratações problemáticas.

O cenário ganhou dimensão política e jurídica a partir da contestação de órgãos de controle e instituições públicas. O leilão surgiu sob um paradoxo de aumentar a segurança do sistema elétrico, porém tornou-se um foco de insegurança regulatória, política e jurídica do setor. Apesar de parecer razoável o argumento de que questionamentos ao leilão comprometeriam a segurança energética do país, este não pode servir como justificativa genérica para blindar contratações caras. A homologação do resultado foi adiada pela ANEEL em razão da existência de incertezas jurídicas relacionadas ao processo. Paralelamente, pedidos de suspensão e revisão passaram a tramitar em diferentes esferas, incluindo manifestações no TCU e iniciativas vinculadas ao Ministério Público Federal.

Fonte: [Link](#)

- **Diretor da ANEEL se compromete a responder o TCU acerca do LRCAP**

A ANEEL responderá sem extrapolar suas competências

O diretor-geral da ANEEL, Sandoval Feitosa, afirmou que a agência responderá aos questionamentos do TCU sobre o LRCAP dentro dos limites de suas atribuições legais, evitando assumir competências que não pertencem à ANEEL. Segundo ele, temas como a definição da demanda contratada e dos preços utilizados no certame, não são responsabilidades regulatórias da ANEEL. A manifestação se dá em meio aos questionamentos sobre o aumento dos preços-teto do leilão e sobre os critérios adotados para contratação da potência.

Nesse sentido, a ANEEL decidiu prestar esclarecimentos após o ministro Jorge Oliveira exigir respostas da agência sobre possíveis irregularidades no certame, incluindo os valores contratados para usinas termelétricas, a adequação do volume licitado e a existência de alternativas menos onerosas para garantir a segurança energética nos próximos anos. Diante do pedido, a agência afirmou que pretende dialogar com o tribunal para realizar sua contribuição técnica. O tema ganha relevância pelo fato de que a ANEEL realizará reunião extraordinária para deliberar sobre a adjudicação dos resultados do LRCAP, em um cenário de crescente pressão institucional sobre o leilão.

Fonte: [Link](#)

FERNANDA DE PAULA SOCIEDADE DE ADVOCACIA

Representada por sua Sócia

OAB/DF n.º 56.513

SABRINA DE ARAUJO PINTO

Estagiária de Direito